

Anistia e Memória na América Latina

(BOLÍVIA)

→REFLEXÃO:

A Lei da Anistia de 1979 marcou a redemocratização do Brasil, mas também trouxe impunidade ao perdoar tanto perseguidos políticos quanto agentes da repressão. Enquanto países como Argentina e Chile buscaram justiça e memória, o Brasil optou pelo esquecimento, o que fragilizou sua democracia. Lembrar não é punir, é garantir que os erros do passado não se repitam, o verdadeiro perdão só existe quando há verdade e responsabilização.

→1 ESCOLHA DO PAÍS E DEFINIÇÃO DAS FONTES:

Período da ditadura (anos de início e fim).

- A principal ditadura militar na **Bolívia** ocorreu no período de **1964 a 1982**.
- A Ditadura Militar no **Brasil** durou de **1964 a 1985**.

Número estimado de mortos e desaparecidos.

- O número estimado de mortos e desaparecidos na **Bolívia** durante o período das ditaduras militares (**principalmente entre 1964 e 1982**) é de aproximadamente **300 vítimas**.
- Eugênia Augusta Gonzaga, em entrevista à Agência Pública, defendeu que o **Brasil** deveria mudar a forma como conta seus mortos e desaparecidos na ditadura militar (1964-1985). “Se nós formos computar as pessoas atingidas pelos atos de exceção, a gente **passa facilmente do número de 10 mil mortos e desaparecidos políticos no Brasil**”, afirmou. Para ela, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi muito conservadora ao **listar somente 434 mortos e desaparecidos políticos em seu relatório**, publicado em **2014**.

Principais leis ou medidas de anistia.

- A principal lei de anistia histórica do Brasil é a **Lei nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979, conhecida como a Lei da Anistia. Além dela, existem outras medidas e discussões recentes sobre anistias específicas (tributárias, para imigrantes e, atualmente, para envolvidos em atos recentes).

- **A Bolívia teve várias medidas de anistia ao longo de sua história**, muitas vezes ligadas a períodos de transição política ou crises específicas. Uma das leis de anistia mais recentes e notáveis foi aprovada em fevereiro de 2021, direcionada a civis processados por atos de violência relacionados aos protestos de 2019 e ao governo interino de Jeanine Áñez.

Existência ou não de julgamentos e punições.

- **Os coronéis e líderes militares da ditadura boliviana** (principalmente no período de 1964 a 1982) **foram submetidos a julgamentos de responsabilidades** e, em alguns casos, receberam **punições de prisão por violações dos direitos humanos** e crimes cometidos durante seus regimes.
- Os **coronéis e outros agentes do Estado** envolvidos em crimes durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) **não enfrentaram julgamentos** ou punições efetivas na **esfera criminal no Brasil**. A principal razão para isso foi a **aprovação da Lei da Anistia de 1979 (Lei nº 6.683)**.

Políticas de memória (museus, comissões da verdade, reparações).

- **Embora não se mencionam museus específicos** e de grande porte dedicados exclusivamente à ditadura boliviana nos resultados da pesquisa, existem iniciativas para a preservação da memória em locais relevantes. Por exemplo, porões de ministérios foram inspecionados, provando que a tortura ocorreu em instalações do governo.

Existem publicações e pesquisas acadêmicas que buscam documentar e manter viva a memória da ditadura boliviana e a resistência da sociedade civil, incluindo grupos como trabalhadores, camponeses e estudantes.

- As políticas de memória do Brasil para as vítimas da ditadura militar (1964-1985) concentram-se principalmente na **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, em **reparações financeiras e simbólicas**, e na **criação de espaços de memória**, embora o país enfrente desafios significativos, como a manutenção da **Lei da Anistia, que impede a responsabilização judicial dos agentes de repressão**.

→2 CONSTRUÇÃO DO QUADRO COMPARATIVO:

Anistia e Memória na América Latina

→3 ANÁLISE INTERPRETATIVA:

Como o país lidou com o legado da ditadura?

A Bolívia lidou com o seu legado ditatorial de forma mista, mas com avanços notáveis na responsabilização, se comparada a outros países da região.

Ao contrário de uma transição pactuada que garantisse ampla anistia, a Bolívia seguiu um caminho de maior enfrentamento judicial, impulsionado por forte pressão popular e de organizações de direitos humanos.

Há responsabilização pelos crimes cometidos?

Sim, e de forma significativa. Este é o ponto que mais difere a Bolívia do Brasil.

O caso emblemático é o julgamento do ditador Luis García Meza (que governou de 1980 a 1981) e seu notório ministro do Interior, Luis Arce Gómez.

Quais semelhanças e diferenças em relação ao caso brasileiro?

Natureza dos Regimes: Ambos os países tiveram ditaduras militares de direita no mesmo período histórico, alinhadas aos Estados Unidos e participantes da Operação Condor .

Comissões da Verdade: Ambos os países criaram Comissões da Verdade com o objetivo de investigar os crimes, esclarecer os fatos e garantir o direito à memória, embora sem poder de punição criminal.

Que lições o Brasil poderia ter aprendido com esse país?

A principal lição que o caso boliviano oferece ao Brasil é que a responsabilização criminal de altos comandantes da ditadura é possível e pode coexistir com a redemocratização.

→4 PRODUÇÃO FINAL

[Canva Editar](#)